

A POLÍTICA EDUCACIONAL DO PROEJA E O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

The education politics of the PROEJA and the service of the economical and social demands

HOTZ, Karina Griggio¹

RESUMO

Este artigo trata do PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – na sua condição de política social, evidenciando suas funções de acordo com o explicitado em seu Documento Base Nacional para o Nível Médio. Pretendemos demonstrar as relações que o programa estabelece com as políticas propostas pelos organismos internacionais e pelo Estado Brasileiro de forma a permitir uma reflexão acerca das expectativas do PROEJA e em relação aos limites e as possibilidades do mesmo se efetivar realizando as funções proclamadas em seu Documento Base, principalmente no que se refere ao atendimento das necessidades do público jovem-adulto trabalhador ao qual se destina.

Palavras-chave: PROEJA; Estado; Organismos Internacionais; Trabalhadores.

ABSTRACT

This article treats on the PROEJA – National Program of Integration of the Professional Education with the Basic Education in the Kind of Education of Young persons and Adults in his condition of social politics, when national Base is showing his functions up in accordance with the set out in his Document for the middle level. We intend to demonstrate the relations what the program establishes with the politics proposed by the international organisms and by the Brazilian state of form to allow a reflection about the expectations of the PROEJA and regarding the limits and the means of the same thing to be brought into effect when Base is carrying out the functions proclaimed in his Document, principally in what it refers to the service of the necessities of a young public and hard-working adult to which it is destined.

Keywords: PROEJA; State; International Organisms; Workers.

¹ Unioeste/PR. E-mail: kghotz@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende abordar o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos² – na sua condição de política social, evidenciando as funções que pretende exercer de acordo com o explicitado em seu Documento Base Nacional para o Nível Médio, demonstrando as relações que o programa estabelece com as políticas propostas pelos organismos internacionais e pelo estado brasileiro, de forma a permitir uma reflexão acerca das expectativas em relação ao programa.

Desta forma, primeiramente argumentaremos sobre as características que levam o programa a se constituir como uma política social, abordando para tal as suas funções, evidenciadoras de seus objetivos.

Demonstraremos ainda em que medida as funções requeridas no PROEJA estão articuladas com a agenda econômica nacional e internacional, procurando compreender as relações que se estabelecem entre esta política educacional nacional e a política econômica nacional e mundial. Pois compreendemos que

a política econômica e a política social apenas formalmente se distinguem e às vezes dão a enganosa impressão de que tratam de coisas muito diferentes. Não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrente de processo de acumulação particular de capital. O contrário também precisa ser observado: não se pode examinar a política econômica sem se deter na política social (VIEIRA, 1992, p. 21).

Com o conhecimento desses elementos que serão abordados no artigo, almejamos ter subsídios para uma inicial reflexão sobre os limites e as possibilidades do PROEJA se efetivar realizando as funções proclamadas em seu Documento Base e atender às necessidades do público jovem e adulto trabalhador ao qual se destina.

Por ser o PROEJA um programa integrante das políticas educacionais que se encontra em processo de construção e implementação, entendemos como relevante a reflexão de seus pressupostos, visto que os mesmos podem indicar alguns dos objetivos explícitos e implícitos de tal política e possibilitar que na correlação de forças entre as classes sociais antagônicas, o mesmo sofra alterações que contribuam, até o seu limite, para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

A POLÍTICA EDUCACIONAL E SOCIAL DO PROEJA E SUAS FUNÇÕES

Devido ao PROEJA ser direcionado, assim como a EJA – Educação de Jovens e Adultos, para o atendimento de grupos socialmente excluídos, é que o compreendemos como um programa integrante das políticas sociais. A exclusão à qual o público-alvo do programa está submetido não se constitui por sua vez apenas em termos educacionais, mas também sociais, econômicos e culturais, conforme demonstra o Documento Base do PROEJA:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia,

² Instituído pelo Decreto Federal n.º 5.478 de 24 de junho de 2005 e revogado pelo Decreto Federal n.º 5.840 de 13/07/2006.

cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais, são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007, p.15).

Pretendendo então o atendimento da população historicamente excluída do sistema educacional e da sociedade, estando esses sujeitos fora da idade própria para o nível de ensino cursado, coloca-se que o programa estaria reparando as falhas cometidas pelo Estado em momentos anteriores, nos quais não propiciou as condições para a escolarização desta população. O PROEJA estaria realizando assim a função reparadora.

O exercício desta função supõe que sejam concedidas, a esta população, oportunidades de terem acesso à educação, diminuindo as desigualdades existentes entre os alunos do PROEJA e os que tiveram acesso à escolarização na idade própria.

Essa diminuição das desigualdades e o acesso a oportunidades de escolarização, qualificação e trabalho, consistem na outra função destinada ao programa: a equalizadora. No Documento Base do PROEJA, a concepção teórica e ideológica da equidade aparece em alguns momentos com a designação de justiça social, termo que corrobora o ideário liberal, pregando a concessão a cada indivíduo, na forma de direito, daquilo que o seu mérito permitir. Nesse sentido, o termo justiça social, assim como a equidade, não prevê a transformação da sociedade, não trabalha com a possibilidade de igualdade efetiva. E de acordo com os próprios propósitos do PROEJA, não há garantia de que possa ocorrer ingresso no mercado de trabalho em razão da direta participação e realização de curso profissionalizante e elevação da escolarização, pois afirma-se que “[...] deve-se ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional e tecnológica, por si sós, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda” (BRASIL, 2007, p.35).

O PROEJA, ao contribuir para o alcance da equidade, reduzindo relativamente a pobreza e a marginalidade, também é entendido como importante para o desenvolvimento do país, devendo constituir-se em uma política pública que represente “um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica” (BRASIL, 2007, p.18). Destacamos então que esta função não pretende eliminar as desigualdades sociais, mas sim reduzi-las, amenizá-las, de forma a manter a coesão social, contribuindo para a acumulação de capital.

A função equalizadora ocorre juntamente com a função qualificadora do programa, que pretende contribuir para a formação e colocação de mão de obra, conforme mencionado no Documento Base:

a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007, p.17).

Ao qualificar os alunos para o exercício de profissões – que como indicado pela própria citação podem ser formais ou informais, com vínculo empregatício ou por conta própria, sendo importante que o indivíduo busque a “melhoria de suas condições de vida” – o PROEJA também estaria

exercendo a função equalizadora, visto pressupor que elevando a escolarização e a qualificação da população urbana, o indivíduo conseguirá se integrar socialmente, ou seja, trabalhar e reduzir sua pobreza, contribuindo inclusive para o desenvolvimento do país.

Neste sentido, é possível perceber que as políticas sociais não são fruto de concessões incondicionais do Estado Capitalista. Antes representam uma conciliação dos interesses entre as classes sociais antagônicas, visto que para as classes dominantes as políticas sociais também trazem benefícios, na medida em que perpetuam as desigualdades sociais, estimulam o consumo, mantêm os recursos humanos e aumentam a produtividade do trabalhador, colaborando para a reprodução do capital.

As políticas sociais são o resultado da luta de classes, sendo concedidas conforme a força dos movimentos das classes dominadas, que anseiam por melhores condições de vida, acesso aos bens e às riquezas socialmente produzidas. Estas políticas sociais, mesmo sendo “concedidas”, não passam de uma compensação da expropriação a qual o trabalhador é cotidianamente submetido (FALEIROS, 1986).

Através do PROEJA, o Estado está assumindo uma função compensatória, fato esse admitido ao se colocar como uma das funções deste programa a reparação.

A política social é, portanto, uma estratégia fundamental para a manutenção do capitalismo, visto que através dela o Estado protege, financia e suporta os efeitos destrutivos do capital, principalmente em sua atual fase monopolista (FALEIROS, 1980).

Destacamos aqui a marginalidade como um dos efeitos destrutivos da atual fase de acumulação do capital e que é revelado no Documento Base do PROEJA através de dados do Censo Penitenciário de 1995. Nestes dados consta que os infratores de 18 a 29 anos são pobres e com escolarização precária, sendo que dos 129.000 presos do Brasil, “96% são do sexo masculino, jovens, dos quais 53% entre 18 e 30 anos, 42% da população carcerária total composta por negros e mulatos, 75% com escolaridade inferior ao ensino fundamental e 95% em situação de pobreza” (BRASIL, 2007, p.25).

Com base nesta citação, podemos deduzir que a marginalidade é consequência das desigualdades sociais e se constitui numa ameaça à ordem e à estabilidade necessárias para a reprodução e o avanço do capitalismo. Portanto, é um problema que precisa ser amenizado para a reprodução do próprio sistema.

O PROEJA, enquanto uma política social, traz ainda a característica de ser uma política focalizada³, pois como já mencionamos, pretende atender especificamente ao público jovem e adulto que não teve acesso à escolarização na idade própria e está de alguma maneira à margem da sociedade. De acordo com Faleiros (1980, p.57), é,

³ Nesse sentido, destacamos que a política econômica que vem sendo aplicada no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, visa à transferência de recursos de outros setores para o setor da política social focalizada, bem como pretende amenizar as desigualdades através da redistribuição de renda entre a própria classe trabalhadora, já que não tem ocorrido aumento significativo dos gastos sociais gerais.

principalmente, em função de certas categorias de população que as políticas sociais são apresentadas: os grupos-alvo, classificados ora por idade (crianças, jovens, velhos), ora por critérios de normalidade/anormalidade (doentes, excepcionais, inválidos, psicóticos, mães solteiras, desadaptados sociais, delinquentes etc.). Esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal.

Nesta direção, faz-se necessário conhecer e refletir sobre as pretensões do PROEJA, verificando em que medida o mesmo pode beneficiar a classe trabalhadora, bem como em que aspectos podemos continuar pressionando o Estado para que essa política social se efetive, até o seu limite, com ganhos para esta classe. Pois as políticas sociais

constituem campos de tensão seja na sua formulação, onde se embatem projetos de concepção e objetivos distintos, seja na sua implementação. Não pensemos que a formulação de uma política social determinada esgote a sua tensionalidade (NETTO, 2003, p.16).

No sentido de buscar conhecer os múltiplos determinantes que contribuíram para a formulação do programa, apresentamos as identificações percebidas entre o PROEJA e a política econômica, social e educacional pretendida pelo Estado Brasileiro e pelos organismos internacionais para posteriormente tecer alguns comentários a respeito dessas articulações.

AS ARTICULAÇÕES DAS FUNÇÕES DO PROEJA COM AS PRETENSÕES DO ESTADO BRASILEIRO E DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A preocupação do PROEJA em relação à população jovem e adulta socialmente excluída é compartilhada pelos organismos internacionais e pelo Estado Brasileiro, os quais apresentam o aumento dos índices de pobreza entre os jovens, conforme explicitado nos seguintes dados de 1998 a 2001: “A incidência da pobreza entre os jovens aumentou (o percentual de pobres com menos de 24 anos se elevou de 36% para 39% do total)” (BANCO MUNDIAL e CFI, 2003, p.4).

Percebemos que embora estes dados sejam referentes a anos anteriores ao início do PROEJA, os mesmos se constituem numa problemática atual, visto que o programa, além de compreender a educação como importante para a empregabilidade e, logo, para a redução da pobreza, almeja funcionar enquanto um mecanismo de contenção da marginalidade.

Esta necessidade de reduzir a pobreza para conter a marginalidade encontra-se expressa em documento do Banco Mundial que trata sobre o Brasil:

O conseqüente aumento da criminalidade e da violência nas áreas urbanas ameaça a qualidade de vida e prejudica a confiança no governo e nas instituições públicas. Esses fatores sugerem um crescente enfoque na redução da pobreza urbana (BANCO MUNDIAL, 1997, p.5).

A função compensatória do Estado, a ser exercida pelo PROEJA, diz respeito à readequação do Estado prevista na década de 1990, conforme demonstra um documento da CEPAL e da UNESCO (1995, p.39) – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, respectivamente. O documento coloca que, além de outras responsabilidades, o Estado deve “estabelecer maior grau de igualdade entre os cidadãos (função compensatória do estado).”

Ao se constituir como uma política social focalizada, o PROEJA adquire uma função estratégica para o crescimento econômico e a redução da pobreza, conforme prevê a política estatal brasileira. Pois, como indica um documento de estudo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: “a combinação de crescimento econômico sustentado, mesmo que a taxas não muito elevadas, com políticas sociais focalizadas, [...] pode ter efeitos poderosos sobre a redução da pobreza” (LEVY; VILELA, 2006, p. 9).

Segundo esse ministério, destaca-se ainda que as políticas sociais focalizadas permitem que a “transferência de um volume relativamente limitado de recursos tenha um significativo impacto sobre a desigualdade e a pobreza” (LEVY; VILELA, 2006, p. 32).

Como evidenciado no PROEJA, compreende-se que o acesso desigual à educação seria o responsável pelas desigualdades sociais e econômicas e, logo, que a educação também seria capaz de resolver essas desigualdades. Tal concepção de educação encontra sustentação no seguinte documento do Banco Mundial e CFI – Corporação Financeira Internacional (2003, p.14):

a sociedade brasileira ainda é uma das mais desiguais do mundo: um por cento da população recebe 10% da receita monetária total – a mesma parcela cabe aos 50% mais pobres. Análises mostram que a disparidade de renda no Brasil decorre basicamente do acesso desigual à educação e de uma grande valorização da mão de obra qualificada.

Percebe-se que além da educação ser um dos meios de implementação de políticas sociais focalizadas, a mesma é compreendida como estratégica para a diminuição das desigualdades, ou seja, para o alcance da equidade, pois, conforme evidenciado pela CEPAL e a UNESCO (1995, p. 8) “o caráter central da educação e da geração de conhecimento constitui fundamento básico da proposta da CEPAL para a transformação produtiva com equidade”.

Segundo a CEPAL e a UNESCO, a educação contribuiria para o alcance da equidade numa sociedade mais produtiva, ao fornecer aos indivíduos conhecimentos que possibilitem o aprimoramento dos meios de produção (maquinários) e da força produtiva (qualificação do trabalhador), aumentando assim o lucro para os empresários, que conseqüentemente poderiam gerar mais emprego e renda, oferecendo condições para que o trabalhador qualificado ingressasse no mercado de trabalho, melhorando suas condições de vida.

Como percebemos, da mesma forma que a função reparadora, a função equalizadora requerida do PROEJA também se constitui como uma função requerida do próprio Estado pelos organismos internacionais. Pois, como consta em documento do Banco Mundial (1997, p.29):

A equidade pode dar ensejo à intervenção do Estado, mesmo na ausência de falta do mercado. Os mercados competitivos podem distribuir a renda de maneira socialmente inaceitável. Algumas pessoas de poucos meios podem ficar sem recursos suficientes para lograr um padrão de vida razoável. E pode tornar-se necessária ação do governo para proteger os grupos vulneráveis.

Essa proteção dos grupos vulneráveis, exercida pelo Estado, fornece elementos para a compreensão da educação como um instrumento de inserção social, pois através da transmissão de conhecimentos gerais ou através da qualificação, a educação é entendida pelo Banco Mundial como redentora dos problemas sociais, como verificamos: “Melhores resultados educacionais proporcionam mais oportunidades, reduzem as desigualdades

de renda, criam postos de trabalho e geram crescimento ao longo do tempo” (BANCO MUNDIAL; CFI, 2003, p.13).

Assim, a elaboração e a execução de políticas sociais com as pretensões do PROEJA demonstram a articulação das políticas nacionais com as políticas econômicas e sociais hegemônicas, justificando o financiamento das atividades educativas brasileiras pelos bancos internacionais, como consta no documento base do programa:

Os recursos poderão ter origem no orçamento da União – recursos do MEC e/ou parcerias interministeriais – em acordos de cooperação com organismos internacionais ou outras fontes de fomento a projetos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2007, p.65-66).

Mas, embora tenhamos apontado as articulações do PROEJA com as políticas hegemônicas, não estamos pretendendo dizer que a educação nacional é refém dos interesses econômicos internacionais. Por outro lado, como mencionado anteriormente, consideramos que as políticas sociais são campos de tensão, se constituem em objetos de disputa entre as classes sociais e possuem a sua razão de existência nas demandas trazidas pelas reivindicações dos trabalhadores.

Somente é possível política social na sociedade capitalista. Pois as políticas sociais são utilizadas de maneira estratégica para a manutenção do sistema, ao garantir aos trabalhadores as condições mínimas necessárias a sua sobrevivência, visto que esses são expropriados do produto de seu próprio trabalho.

As políticas sociais são produzidas nas relações materiais vivenciadas na sociedade capitalista, sendo, portanto, de origem econômica e social, assim como as ações dos organismos internacionais e do Estado brasileiro, que formulam e implementam essas políticas.

Para compreendermos mais claramente porque as políticas propostas pelos organismos internacionais estão sendo implementadas pelo Estado brasileiro, faz-se necessário o conhecimento de alguns fatos históricos e a sua análise. Assim será possível compreender que historicamente o Brasil vem sofrendo a intervenção dos organismos internacionais ao mesmo tempo em que ocorre o consentimento das elites dirigentes nacionais, possuidoras de interesses alinhados aos pretendidos com estas políticas.

Os organismos internacionais mencionados neste artigo, como o Banco Mundial, a CEPAL e a UNESCO, são representantes da hegemonia norte-americana manifesta na Conferência de Bretton Woods,⁴ realizada em 1944. A partir deste evento

os Estados Unidos afirmaram-se como a inteligência mundial e, nos anos subsequentes, impulsionaram a criação de organismos internacionais que passaram a comandar, hierarquizar o poder e redefinir as forças políticas e econômicas condutoras dos projetos de desenvolvimento para os Estados capitalistas periféricos (SILVA, 2002, p.10).

Ao Banco Mundial em específico foi destinado o papel de intermediar as negociações entre os países que concederiam e aqueles que se beneficiariam de empréstimos financeiros.

⁴ O acordo de Bretton Woods durou até o fim da Guerra Fria (1989), sendo que a partir dele houve o fim do padrão ouro e a colocação do dólar como moeda-peso. Essa mudança levou os E.U.A. a sugar riqueza financeira através do manejo da moeda que não obedece a nenhum padrão, somente ao poder norte-americano.

Assim, os Estados Unidos passou a ser o principal financiador das políticas econômicas, sociais e educacionais do Brasil, que desde o período colonial estabelecia relações de articulação, subordinação e dependência com os países de capitalismo hegemônico, ocasionando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sempre submetido ao desenvolvimento do capital em escala mundial (XAVIER, 1990).

Devido então à incapacidade do país – assim como de outros Estados da América Latina – em saldar suas dívidas externas e ao aumento dos déficits públicos, estabeleceram-se

condições para que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial assumissem a direção de suas políticas macroeconômica e estabelecessem reformas institucionais que regulariam o fluxo financeiro dentro de outro processo de acumulação capitalista (SILVA, 2002, p. 12).

Para receber o financiamento necessário para as políticas sociais, o Estado Brasileiro precisa que seus projetos sejam aprovados pelos critérios do Banco Mundial. Com a intenção de obter o recurso necessário para a efetivação de políticas educacionais, o governo federal e os estaduais reorganizam os projetos para que atendam não somente às demandas sociais, mas principalmente às exigências destes organismos internacionais.

Essa readequação dos projetos das políticas educacionais brasileiras aos critérios dos organismos internacionais não ocorre, porém, sem o confronto com as forças da sociedade civil e das forças políticas e econômicas nacionais. O que temos no Brasil é a cumplicidade das classes dominantes nacionais em relação à subordinação e à dependência do país, visto que partilham com as elites internacionais o capital acumulado pela exploração da classe trabalhadora nacional (XAVIER, 1990).

Como evidenciado, as políticas educacionais são reformuladas pelos organismos internacionais com consentimento das classes dominantes internas para atender a interesses econômicos e sociais, conforme o fazem as políticas sociais em geral. Neste sentido, a história das políticas educacionais de nosso país mostram que as mesmas têm sido encaminhadas “sempre em conexão com as alterações econômicas e políticas de ordem nacional e internacional” (SILVA, 2002, p.16).

E são justamente as mudanças ocorridas na ordem capitalista mundial dos últimos vinte e cinco anos do século XX que justificam a implementação de políticas sociais com o intuito principal de reduzir as desigualdades sociais, como prevê o PROEJA.

Segundo Fiori (2001), estas mudanças estão relacionadas com a transição dos modos de produção e acumulação capitalista ocorrida para a superação da aguda recessão de 1973.

As mudanças ocorridas com a passagem do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível, também denominado de reestruturação produtiva, se fizeram sentir principalmente no campo econômico, da revolução tecnológica e no campo do trabalho e emprego, havendo, segundo David Harvey (1989), o aumento do desemprego – principalmente diminuição do emprego formal e aumento do trabalho autônomo –, a redução dos salários e dos direitos trabalhistas, a mudança de ênfase na produção, que passou de bens duráveis para não duráveis, a aceleração do tempo de giro na produção e a redução deste tempo no consumo, a elevação de atividades

no setor de serviços, o aumento da competição internacional, dentre outros aspectos.

Nesta nova fase, o capitalismo tem concentrado o poder e a riqueza mundiais, acarretando o aumento das desigualdades econômicas, políticas e militares entre as nações, as quais encontram-se praticamente todas subordinadas ao império anglo-saxão (FIORI, 2001).

Essas desigualdades entre as nações têm acirrado também a desigualdade entre a população de um mesmo país, como é o caso do Brasil. O aumento das desigualdades entre as classes tem agravado as consequências do capital, aumentando os índices de desemprego, pobreza, marginalidade, entre outros.

Considerando então que as elites dirigentes do país consentem com a intervenção dos organismos internacionais nas políticas sociais e educacionais devido ao interesse que possuem pela manutenção do atual modo de produção e pelo aumento da acumulação de capital, compreendemos que estas políticas, assim como o PROEJA, estão sendo elaboradas a partir das demandas sociais, conhecidas internamente e externamente e necessárias de serem amenizadas para a perpetuação da ordem vigente.

PROEJA

SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES

Embora o PROEJA seja mais uma política educacional e social financiada pelos organismos internacionais e adequada às intenções da acumulação capitalista, ainda compreendemos que esta política educacional traz benefícios à classe trabalhadora, visto que possibilita o acesso à educação e à profissionalização, elevando o nível de escolaridade de uma população historicamente excluída do sistema educacional.

Se a formação oferecida a estes sujeitos conseguir se efetivar integrando os conhecimentos de formação geral e de formação profissional, será possível prover os alunos com conhecimentos que antes não possuíam, ampliando o conhecimento destes sobre a realidade social e econômica, demonstrando inclusive as contradições presentes no sistema capitalista. A educação profissional nesta perspectiva poderá ainda – ao menos para alguns trabalhadores estudantes e/ou egressos do PROEJA – contribuir para a inserção no mercado de trabalho, em ocupações formais e rentáveis.

Esses trabalhadores, ao possuírem emprego e renda, poderão ter uma melhora de suas condições de vida, satisfazendo suas necessidades básicas de sobrevivência. Satisfeitas essas necessidades, esses trabalhadores, advindos de uma educação como a pretendida pelo PROEJA, que integre formação geral com educação profissional tomando o trabalho como princípio educativo, vivenciando no ambiente de trabalho e nos relacionamentos sociais as relações de exploração, poderão interpretar essa realidade com base nos conhecimentos adquiridos na escola, de forma a compreenderem a necessidade de transformação dessa sociedade desigual e podendo contribuir para a superação da mesma.

Porém, para que o PROEJA ofereça essas possibilidades à classe trabalhadora, é preciso que o MEC – Ministério da Educação e Cultura –

regulamente a legislação que o orienta, pois há divergências teóricas inconciliáveis entre as pretensões do PROEJA, as Diretrizes Curriculares Nacionais, e os Parâmetros Curriculares Nacionais. É preciso então que se estabeleça uma política educacional para o Ensino Médio e a educação de jovens e adultos coerente com as propostas do PROEJA.

Além destes limites legais, coloca-se entre outros a questão, presente em todos os níveis de ensino, referente aos poucos recursos destinados à educação. Estes limites devem ser objeto de reivindicação por parte de todos os educadores e dos alunos ingressos e egressos do PROEJA, pois compreendemos que no processo de implementação desta política, poderemos construir uma educação que beneficie a classe trabalhadora, destinatária da educação pública

Ao requerermos do Estado a efetivação do PROEJA como uma política educacional que atenda aos interesses desta classe, também se abre outra possibilidade do programa: demonstrar o limite do atendimento destas reivindicações, visto serem os interesses da classe trabalhadora antagônicos aos interesses do capital, representado pelo Estado e pelos organismos internacionais.

Também os próprios limites da estrutura da sociedade capitalista não permitem que as funções requeridas do PROEJA sejam realizadas em sua totalidade, pois a atual fase de expansão do capital nos mostra que vivemos um desemprego estrutural, colocado por István Mészáros (2006, p.11) como consequência da crise estrutural do capitalismo atualmente vivenciada.

Considerando então o desemprego estrutural, é necessário admitir que não existem e não existirão vagas no mercado de trabalho para que todos os trabalhadores possam garantir sua sobrevivência, mesmo esses possuindo escolarização e qualificação para o exercício de funções supostamente requeridas do mercado.

Nesse contexto econômico e social, percebemos que as funções do PROEJA são limitadas à própria lógica do capital e que para se reduzir significativamente a pobreza e a marginalidade, consequências deste modo de produção, seria necessário a sua negação e a construção de uma nova sociedade.

Mas os próprios limites das funções do PROEJA demonstram as possibilidades do programa em desvelar as contradições presentes no sistema capitalista, onde escolaridade e qualificação não são suficientes para a inclusão social, mas são funcionalmente exigidos ou utilizados no processo de seleção de trabalhadores.

Ou seja, a capacitação e qualificação não garantem emprego, já que o setor produtivo supriu a necessidade de recursos humanos pelo maquinário e os trabalhadores de que precisam não necessitam ter, em sua maioria, um elevado grau de instrução para exercer as funções. O processo de produção acaba gerando trabalhadores baratos e descartáveis para garantir a produtividade a custos baixos e possibilitar maior competitividade às empresas.

Porém, ao não conseguir gerar emprego e renda, esta política social estará mostrando as contradições do sistema capitalista, que podem ser interpretadas à luz dos conhecimentos transmitidos pelo próprio PROEJA. Assim, os trabalhadores escolarizados, ao tomarem consciência da

dissimulação da realidade, poderão contribuir para a transformação social, e não para a sua manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo podemos observar que o PROEJA, mesmo sendo mais uma política educacional e social a ser financiada com os recursos de organismos internacionais, e tendo a intenção de atender aos seus pressupostos, também se constitui como uma conquista dos trabalhadores, como a incorporação de parte de suas reivindicações.

Tal constatação se dá pelo fato de que mesmo sendo o programa um dos meios utilizados pelo Estado para controlar as consequências degradantes da condição humana, ocasionada pela própria fase de acumulação capitalista com vistas à reprodução deste sistema, o mesmo também se configura como uma possibilidade de atendimento das necessidades econômicas e sociais imediatas de parte dos trabalhadores.

E mesmo que pensemos no atendimento das demandas econômicas e sociais de todos os estudantes do PROEJA, ou ainda de toda a população excluída da sociedade capitalista, veremos que ainda assim o programa pode servir aos interesses das classes dominadas.

Nesse sentido, destaca-se a importância dos educadores, dos alunos ingressos ou egressos do PROEJA e de toda a classe trabalhadora requerer do Estado que este programa e toda a educação fornecida aos trabalhadores se efetivem, o máximo possível, em conformidade com seus interesses, com o oferecimento de uma educação integral que permita o conhecimento da realidade desvelada da ideologia das classes dominantes.

Utilizando da educação e inclusive dos cursos do PROEJA para promover a interpretação da realidade, será possível demonstrar as contradições entre capital e trabalho e a necessidade de transformação desta sociedade para a defesa dos interesses de todas as frações da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997. Washington. DC. EUA, 1997.

BANCO MUNDIAL E CFI. **Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo**. Estratégia de Assistência ao País 2004-2007. Brasília – DF: Banco Mundial. Departamento do Brasil. Região da América Latina e Caribe; Corporação Financeira Internacional, Departamento da América Latina e Caribe, 9 de dezembro de 2003 (tradução de partes do documento oficial em inglês da Estratégia de Assistência ao País, discutido pela diretoria executiva do Banco Mundial em 9 de dezembro de 2003).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino médio. Documento Base. Brasília, agosto 2007.

CEPAL/UNESCO, **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília, DF: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

FIORI, José Luis. O Cosmopolitismo de Cócoras. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, XXII, nº 77, dezembro de 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LEVY, Paulo Mansur e VILELA, Renato (Orgs.) *et alii*. **Uma agenda para o crescimento econômico e a redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Novembro de 2006.

MÉSZAROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização. **Coletivo Socialismo e Liberdade**, PSOL, p.11. 2006. (Artigo).

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, São Paulo: Autores Associados: FAPESP, 2002.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 49)

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.